



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CAMPO: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE BARRA DO CHOÇA – SUDOESTE DA BAHIA

Anajara Gomes Amorim*
(UESB)

Sidiney Alves Costa**
(UESB)

RESUMO

O presente artigo resulta de pesquisa monográfica em andamento que analisa as práticas educativas observadas nas escolas situadas no campo do município de Barra do Choça – Bahia, à luz das propostas político-pedagógicas da Educação do Campo. O lócus da pesquisa são duas escolas do meio rural, tendo como sujeito a comunidade escolar. O objeto são as práticas educativas neste cotidiano. A pesquisa é qualitativa e os instrumentos de coleta são a pesquisa bibliográfica, documental, observações e entrevistas semi-estruturadas. Os dados coletados são parciais e obtidos por meio das primeiras observações e de aplicação de questionário-teste com alguns educadores, direção e coordenação das escolas pesquisadas. Os dados parciais mostram avanços, mas ainda não concretiza a tão sonhada Educação do Campo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do campo; Propostas político-pedagógicas; Práticas educativas.

*Graduanda do VI semestre do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. E-mail: anajaraiurd@hotmail.com.

**Orientador. Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas – DFCH da UESB; Graduado em Ciências Sociais pela FCL/UNESP; e mestre em educação pela UFSCAR. E-mail: sidiney.ariano@hotmail.com.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

INTRODUÇÃO

A trajetória histórica da educação oferecida à população campesina, instiga-nos a analisar as práticas educativas nas escolas do campo, especificamente no município de Barra do Choça – Sudoeste da Bahia, ao qual tive oportunidade de atuar como educadora e vivenciar o que permeia neste cotidiano escolar. No entanto, apesar de ter atuado profissionalmente na realidade a qual irei pesquisar o olhar agora será de uma pesquisadora iniciante. Ao dizer isso, não vamos nos conduzir pela análise de uma realidade fria e sem vida, como uma coisa, mas não deixar que a neutralidade e a objetividade possível passe a nos cegar diante de uma realidade viva e pulsante que é o campo e seus sujeitos.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter histórico-dialético, pois objetiva buscar as raízes, as causas da existência, ou seja, influências econômicas, políticas e sociais na Educação do Campo neste município. A análise dar-se-á tendo como baliza as propostas político-pedagógicas para esta educação.

Esta pesquisa está em andamento, mas graças a uma busca documental, realizada junto a Secretaria Municipal de Educação de Barra do Choça, bem como, através de entrevista semi-estruturada com educadores, direção e coordenação das escolas do campo, é possível estabelecer uma pré-análise desta realidade, relacionando as práticas observadas com o que se tem proposto para a mesma.

Um sucinto olhar sobre a trajetória histórica da educação rural e as propostas político-pedagógicas para a Educação do Campo

A educação oferecida à população campesina pode ser vista, ao longo do tempo, como uma espécie de resíduo do sistema educacional brasileiro, sendo os projetos destinados a esta pensados e elaborados sem a participação dos sujeitos, mas



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

prontos para eles, limitando-se à transmissão dos conhecimentos já elaborados e levados aos alunos da zona rural com a mesma metodologia usada nas escolas da cidade.

Quando se passou a pensar na educação rural, objetivava preparar os pobres do campo para trabalharem no desenvolvimento da agricultura moderna. Dessa forma, o campo era visto não como um espaço de vida, mas sim, como um lugar da produção de mercadorias, de lucro. No Brasil, segundo Calazans (1993), a trajetória da educação escolar do povo do campo sempre esteve à serviço das elites do país e refletiu a lógica das necessidades da própria evolução das estruturas sócio-agrícolas do país.

Leite (1999) enfatiza a falta de interesse do Estado em promover uma política educacional adequada ao homem do campo, contribuindo para a descaracterização da sociedade camponesa, uma vez que privilegia o povo urbano, mediante um processo de homogeneização espacial e social que subordina o pólo rural, tornando o campo uma continuação do mundo urbano mediante ao processo de industrialização da agricultura.

Observa-se que a escola brasileira na década de 1950, especialmente a rural, fora condicionada às intenções capitalistas, que segundo Leite (1999, p. 8), foi a negação da escolarização nacional, da cultura, do *habitat*, do trabalho e dos valores da sociedade.

Logo, depreende-se que, historicamente, a política de educação rural tem se restringido a oferecer um arremedo de escola urbana, que nem habilita os filhos dos agricultores para dar continuidade às lides dos pais, nem os qualifica para os empregos urbanos. E o que é pior, atua como uma violência simbólica, como afirma Bourdieu (1998), no sentido de valorizar significados culturais da população urbana moderna em detrimento das práticas sociais destas populações (CALDART, 2000).



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Quanto ao tratamento dispensado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 4.024/61 à educação campestre, esta se mostrou omissa quanto à escola no campo. Já a LDB nº 5.692/71, refere-se às peculiaridades regionais, onde o enfoque é particular, localizado, isto é, para atendimento das microeconomias. Dessa forma, nota-se que abriu apenas teoricamente espaço para esta educação rural.

Contudo, apesar da educação campestre ser marcada ao longo do tempo pelo desprezo e insignificância, percebe-se no atual contexto educacional rural um novo jeito de lutar e de pensar a educação para o povo brasileiro que trabalha e vive no e do campo. (CALDART, 2004). Estes sujeitos passam a refletir e a exigir uma Educação do Campo, ou seja, aquela que considere o campo e sua gente, seu modo de vida, de organização do trabalho e do espaço geográfico, suas identidades culturais, preocupando-se com a educação do conjunto da população trabalhadora e com a formação humana.

Graças aos movimentos, organizações de trabalhadores e trabalhadoras campestres, foi realizada a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, trazendo um novo olhar sobre a educação tida como rural, pois nesta I Conferência ficou evidente que somente será possível reverter a falta de políticas educacionais para a Educação do Campo se avançar na construção de um debate sobre um novo projeto de desenvolvimento para o campo. Ressalta também que:

Com os Movimentos Sociais do Campo, foi inaugurada uma nova referência para o debate e a mobilização popular: Educação do Campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural, pois a educação rural apresenta uma visão reprodutivista, sendo um espaço de produção econômica, a partir dos interesses do capital, excluindo os que não se incluem na lógica da produtividade. (CALDART, 2004, p.13).



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Segundo Arroyo (1999), a educação rural ignorada e marginalizada está mostrando seu rosto, o verdadeiro, não a caricatura tão repetida que reduz a educação à escolinha rural, à professora desqualificada, às massas de analfabetos. Uma visão preconceituosa que os educadores rurais vão desconstruindo.

Além das conquistas para a educação do campo, advindas da Conferência supracitada, observa-se também, como resultado das lutas e organizações do povo do campo por políticas públicas, a elaboração das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer nº 6/2001 e Resolução nº 1 //2002 do Conselho Nacional de Educação), publicada no Diário Oficial da União em 9 de abril de 2002. Este documento, na seção 1, p. 32, mostra-nos que a identidade da escola do campo é definida a partir dos sujeitos sociais a quem se destina: agricultores/ os familiares, assalariados/os assentados/ os ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, enfim, todos os povos do campo brasileiro.

Portanto, a identidade da Educação do campo definida pelos seus sujeitos sociais deve estar vinculada a uma cultura que se produz por meio de relações mediadas pelo trabalho, entendendo trabalho como produção material e cultural de existência humana (CALDART, 2001, p. 201; PISTRÁK, 1981; MAKARENKO, 1987). Para isso, a escola precisa investir em uma interpretação das práticas sociais ou da realidade, como quer Paulo Freire (1997, p. 87 apud CALDART, 2000, p. 215), isto é: “[...] Educar não poderia ser visto apenas como um esforço de *socialização contestadora*, de práticas, de valores, de concepções. *Não é na resignação, mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmamos*, que nos tornamos humanos. (grifos da autora).

Foi aprovado em 1998 o Plano Nacional de Educação – PNE, que em suas disposições, apresenta proposições para as escolas do campo, que por sua vez, devem



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

receber atenção e tratamento diferenciado, assegurando que o ensino básico chegue a todos.

A escola rural requer um tratamento diferenciado, pois a oferta de ensino fundamental precisa chegar a todos os recantos do País e a ampliação da oferta de quatro séries regulares em substituição às classes isoladas unidocentes é meta a ser perseguida, consideradas as peculiaridades regionais e a sazonalidade. (BRASIL, PNE, 1998)

Na atual LDB, Lei nº. 9.394/96 observa-se ainda uma atenção não muito esperada concernente a Educação do Campo, pois esta é apenas mencionada em alguns artigos e incisos desta Lei, e não um capítulo voltado para esta educação como de fato merecia. Outro aspecto que convém salientar na LDB Lei nº 9.394/96, no art. 28 inciso I: sobre a educação oferecida nas escolas rurais, que prevê a adaptação dos conteúdos e metodologias às reais necessidades e interesses dos educandos das escolas do campo:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural. (BRASIL, nº. 9.394/96, art. 28 inciso I)

Assim, será que os livros didáticos utilizados pelas escolas do campo, são apropriados à vida rural, ou traduzem situações oriundas do cotidiano urbano? Estes livros fogem da realidade a qual os educandos das escolas do campo estão inseridos?

Trajetória histórica da educação no campo do município de Barra do Choça



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Esta análise foi desenvolvida mediante uma pesquisa realizada junto à direção, coordenação, educadores e educandos das escolas do campo do município de Barra do Choça – Bahia, com visitas em algumas escolas, como também, na Secretaria Municipal de Educação, buscando compreender esta educação, bem como, deficiências e avanços ao longo do tempo.

Através da pesquisa supracitada, foi possível depreender que em Barra do Choça a educação do campo sempre aconteceu, embora dados registrados só foram encontrados a partir de 1983. Estas escolas funcionavam em casas de moradores das regiões e a prefeitura pagava o aluguel de parte delas e outras eram cedidas por moradores das respectivas localidades.

Segundo a diretora Maria¹, no início da década de 70 até meados da década de 90 não existia um recurso propriamente destinado à educação, a este fator associa-se a precariedade no oferecimento da educação à população campesina.

A diretora enfatiza que as Escolas do Campo não contavam com estrutura física adequada, funcionando na maioria das vezes em galpões improvisados, casas de enchimento (alugadas ou cedidas por moradores), mobiliário composto de bancos e cadeiras emprestados por moradores, merenda escolar inexistente, e, mesmo quando existia era função do professor prepará-la, bem como, zelar pela limpeza da escola. Além disso, as escolas do campo não contavam com transporte escolar e a infraestrutura no que se refere também às estradas e rodagens eram ruins.

Em entrevista com as professoras Joana e Carmem²⁸⁹² que lecionam nas escolas do campo, houve um consenso em seus relatos sobre as dificuldades encontradas em lecionar nas escolas do meio rural. Haja vista que os professores eram contratados como “auxiliar de ensino” para trabalhar integralmente por apenas meio salário mínimo e era comum ouvir de alguns professores da sede urbana frases

²⁸⁹⁰Os nomes atribuídos aos alunos, às professoras e à coordenadora pedagógica, nesta pesquisa, são todos fictícios.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

do tipo “*olha lá o professor da roça*”, ou “*professozim da roça*”. Esta discriminação as desmotivavam, a participarem dos eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Para a diretora Maria, com a implantação do FUNDEF, houve uma mudança considerável da estrutura física e pedagógica das escolas do campo, a começar pela formação docente com o Programa PROLEIGOS que habilitou 18 professores no magistério, valorizando e qualificando seus profissionais, contribuindo positivamente na prática docente. Somado a isso o FUNDEF possibilitou à aquisição de mobiliário adequado, contratação de merendeiras, a implementação interna do transporte escolar entre outras ações²⁹⁰.

Relacionando propostas político-pedagógicas com as práticas educativas

Por se tratar de uma pesquisa monográfica em andamento, pode-se fazer algumas inferências parciais resultantes das observações e entrevistas concernentes as práticas educativas presentes no cotidiano de duas escolas situadas no campo do município de Barra do Choça – Bahia. Dessa forma, nota-se que apesar das propostas político-pedagógicas implementadas para a Educação do Campo, ainda prevalecem práticas que mostram uma educação rural.

A partir de dados coletados referentes ao ano de 2008, por meio de entrevistas com a direção e coordenação, verifica-se que o município pesquisado dispõe atualmente de 37 escolas situadas no meio rural, tendo um total de 2.735 alunos.

O termo práticas aqui empregado refere-se ao que de fato se concretiza no cotidiano dessas escolas e que delinea a educação oferecida à população campesina. Isso fica evidente nos relatos dos sujeitos pesquisados ao expor os problemas

² Nome fictício atribuído à diretora das escolas do campo do município de Barra do Choça – Bahia.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

decorrentes da falta de um calendário específico para o campo, que por sua vez, contribui para que no período do inverno e da colheita, o aluno tenha dificuldade de chegar até a escola e conseqüentemente à evasão escolar. É o que se constata na fala da professora entrevistada.

[...] seria bom um calendário específico, seria a solução, principalmente na jovens e adultos, porque eles são os que mais sofrem nessa época da colheita, e depois pra ir atrás desses alunos pra voltar pra escola, se fizesse um calendário diversificado, na força da colheita, iria melhorar, o aluno não iria precisar sair da sala de aula por causa do trabalho. Sem contar as estradas que eles têm que enfrentar e... muita dificuldade, as estradas são esburacadas, ladeira e chovendo a dificuldade é pior. (Professora Joana)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei nº 9.394 assegura em seu artigo no capítulo que trata da educação básica, precisamente no art. 28, inciso II, e que traz uma atenção às peculiaridades locais, sendo, relevante, sobretudo, para as escolas do campo, que enfrentam dificuldades climáticas, interferindo no acesso do educando à escola:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: II – Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas. (BRASIL, Lei nº 9.394/96 art. 28 inciso II)

Logo, observa-se que se utiliza o mesmo calendário das escolas da sede urbana nas escolas do campo, e por serem realidades diferentes, interfere negativamente na educação a qual esta população tem acesso. Pela minha experiência docente na escola deste município e como moradora do mesmo, posso afirmar que muitos educandos necessitam do transporte para chegarem até a escola e nos meses de maio e junho,



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

em função das chuvas, os transportes não conseguem chegar até as escolas, pois as estradas ficam escorregadias e muitos carros ficam atolados. Tal situação se verifica em 40% das escolas do campo, dado obtido mediante pesquisa documental.

Enfim, ocorre o que a direção tanto preocupa: O não cumprimento dos 200 dias letivos, que conseqüentemente educando e educador independente das dificuldades encontradas precisam posteriormente conseguir um tempo para cumpri-lo: “Nós temos que cumprir os 200 dias letivos, fazendo uso de feriados, final de semana... porque não tem como depois fechar o ano letivo, o transporte quando pára na sede, pára no campo também, por isso temos que dá esse jeito.” (Diretora)

Os educandos do turno noturno são os que mais sofrem diante de tal situação, pois praticamente todos moram distantes e em meio à cobrança do cumprimento dos dias letivos e de um calendário que não contempla as peculiaridades da vida rural, vê-se obrigado a vir para a escola a pé, atravessando rios à noite, para evitar prejuízos ao final do ano letivo. Assim, muitos chegam em suas casas já na madrugada, em função da distância percorrida, enfrentando ainda perigos por se locomoverem no escuro.

[...] quando chove o carro fica atolado, as estradas cada vez ficando pior e ninguém toma uma providência, a gente tem que enfrentar tudo, é um sacrifício... ir a pé mesmo, pois é melhor do que ficar prejudicado, pois os alunos da sede terminam no tempo certo e a gente tem que ficar pra pagar o tempo que não teve aula. (Aluno Antônio).

Segundo a diretora a não adequação do calendário escolar às peculiaridades das escolas do campo, ela afirmou que fica impossibilitada de fazer tal adequação, visto que os alunos dependem do transporte escolar, que atende tanto os estudantes da sede, como os da zona rural, portanto, essa proposta não se viabiliza nesse contexto.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Será que de fato não está concebendo a cidade como superior ao campo, e, a partir dessa compreensão, cria-se relações de horizontalidade e não de verticalidade entre campo e cidade? Não estariam as formas de poder, de gestão das políticas, de produção econômica e de conhecimento sendo elementos históricos atuantes em favor do desrespeito ao direito à escola tal como assegura a lei, de forma diferenciada? Há uma ligação necessária entre calendário da escola do campo e a escola da cidade que acaba prejudicando os estudantes do campo? Que medidas podem ser adotadas para superar isso? Contratar professores que moram na localidade da escola? Fazer do transporte um direito ao acesso à escola e não um direito condicionado ao calendário da escola urbana? Eis as questões!

Na intenção de “incluir” aqueles que ao longo da história foram (ou ainda são) tidos como excluídos, busca-se promover uma interação nos âmbitos campo e cidade. Para tanto, em entrevista com alguns alunos pertencentes ao campo do município, ficou evidente que a Secretaria Municipal de Educação do município promove atividades esportivas na sede urbana, intituladas de *Jogos Estudantis*, “incluindo” também os alunos do campo, que por sua vez, ficam frustrados por não obterem os mesmos resultados alcançados pelos alunos da sede, reforçando a ideia de que a sede urbana constitui um espaço superior ao campo o qual eles fazem parte.

É muito triste, é uma vergonha pra gente, pois quando a gente sabe que vai enfrentar tal escola da sede que tem tudo, treina na própria quadra enquanto que a gente treina num campinho quando chega aqui a gente leva goleada, é muito humilhante, exige de nós o que nós do campo não temos, que é a mesma condição de treino que eles da sede têm...prefiro ficar de fora desses jogos estudantis. (Aluno: José).

Com isso, pode-se afirmar que não basta apenas teoricamente incluir, mas viabilizar as condições necessárias para que de fato haja inclusão e sentimento de pertença ao campo.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Conforme a pesquisa documental concernente à educação oferecida à população do campo do município de Barra do Choça, observa-se a existência do Projeto Político Pedagógico – PPP das escolas do campo, ao qual tive acesso, sendo este elaborado em 2008 pelos professores, direção e coordenação das escolas do campo, segundo a diretora, esse projeto visa atender as necessidades e peculiaridades do campo.

Dentre as duas educadoras entrevistadas, até o momento, uma delas demonstra desconhecer as propostas para a educação do campo, o que na prática pesa muito no que diz respeito às mudanças esperadas neste sentido, pois como posso avançar se desconheço o caminho. No entanto, a mesma salienta a existência do Projeto Político Pedagógico - PPP, porém, mesmo tendo participado de sua elaboração, afirma não conhecê-lo totalmente.

Diante de tais fatos, percebe-se que mesmo com os avanços e conquistas na elaboração de legislação de Políticas Públicas voltadas para a Educação do Campo, e a elaboração, no caso pesquisado, de Projeto Político Pedagógico, ainda não foram o suficiente para eliminar o passado histórico da educação campestre brasileira, pois esta continua sendo utilizada, mesmo de forma disfarçada e em menor proporção, como meio para afirmar os privilégios e interesses da classe dominante. Ainda há muito que fazer para melhorar a educação brasileira, pois nosso país é um dos que menos investe na educação e quando o fazem, não passam de obras eleitoreiras, muitas vezes beneficiando apenas uma pequena parcela da população, ou favorecendo a iniciativa privada.

Assim, por considerar as propostas político-pedagógicas para a Educação do Campo, observa-se que no cotidiano atual das escolas campestres, apesar dos avanços obtidos, tem-se ainda muito por superar, tal afirmação é em decorrência da real situação identificada nas escolas do campo do município de Barra do Choça.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Portanto, espera-se que a continuidade deste estudo contribua no sentido de promover reflexão, discussão e mudança na Educação do Campo, contribuindo para significá-la, de forma que as lutas permaneçam, para que novas conquistas sejam alcançadas, constituindo assim, um trabalho que permita desvelar e/ou contribuir para com o povo que vive no e do campo, bem como, para aqueles que almejam a superação da injustiça, da desigualdade tão presente em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzáles; FERNANDES, Bernardo Marçano: **A educação básica e o movimento social do campo**. nº 2. Brasília, DF, 1999. (Coleção por Uma Educação Básica do Campo)
- BRASIL. Ministério da Educação. **Referências para uma política nacional de educação do campo**. Brasília, 2003. Disponível em <<http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias>>. Acesso em 28/05/2009.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento sem Terra**. Petrópolis/RJ: vozes, 2000.
- CALAZANS, Maria Julieta Costa. **Para compreender a Educação do Estado no meio rural (traços de uma trajetória)**. In: THERRIEN, Jacques & DAMACENO, Maria Nobre. Educação e Escola no Campo. Campinas: Papyrus, p. 15 – 42. 1993.
- COSTA, Sidiney Alves. Aprender e educar com a Escola Coletiva; caminhos de inserção social da comunidade. **III Congresso Municipal de Educação**. Vitória da Conquista/BA: Secretaria Municipal de Educação, 2005 (mimeo).
- Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo**. CNE/MEC, Brasília, DF: 2002.
- FREIRE, **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 18ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MAKARENKO, Antom. **Problemas da Educação Escolar**. Moscou: Progresso, 1982.
- MEC/Brasil. **Plano Nacional da Educação**. Brasília – DF. Congresso Nacional 2001.
- MOLINA, Mônica, JESUS, Sônia. **Coleção Por uma Educação do Campo**, nº 5. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

- PISTRAK, M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LEITE, Sérgio Celani. **ESCOLA RURAL: urbanização e política educacional**. São Paulo: Cortez, 1999. 120 p. (Questões da Nossa Época; v. 70)
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 31^a ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.
- THERRIEM, Jacques, et al. **Educação e Escola no Campo**. São Paulo: Papirus, 1993.